

**Fundação para Pesquisa, Prevenção e
Assistência do Câncer – Sobeccan**

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e o
Relatório dos Auditores Independentes**

Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e o Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan
Ribeirão Preto - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan (“Fundação”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de exames descritas na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo - estoques

Devido ao fato da Empresa não ter realizado os inventários físicos dos estoques e, portanto, não ter sido acompanhado pela auditoria, não foi possível firmar juízo sobre o saldo de estoque no valor de R\$ 54.364. Conseqüentemente, não pudemos concluir, e não concluímos, sobre o saldo do estoque e os seus reflexos no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Limitação de escopo - circularização

Não recebemos respostas de pedidos formais enviados as determinada instituição financeira e determinados advogados, cujo procedimento de auditoria é denominado circularização. Nessas circunstâncias, apesar de termos realizados testes alternativos, sem distorção relevante, não podemos firmar juízo sobre eventuais ajustes que poderiam ser requeridos nas demonstrações financeiras em função de outras informações advindas das respostas daqueles pedidos. Consequentemente, diante dessas limitações de escopo, quaisquer análises ou interpretações das demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias de nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação de ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 21 de setembro de 2017.

CASTRO AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC n° 2SP035998/O-0



José Paulo de Castro
CRC n° 1SP145661/O-2

Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>		<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.377.594	1.121.933	Fornecedores e prestadores de serviços	6	27.813	67.611
Estoques		54.364	76.077	Salários e obrigações sociais	7	47.268	40.672
Outros créditos		6.417	3.126	Impostos e contribuições a recolher		2.275	2.820
Total do ativo circulante		<u>1.438.375</u>	<u>1.201.136</u>	Provisão de férias e encargos		39.014	35.890
				Recebimentos antecipados	8	280.279	-
Não circulante				Total do passivo circulante		<u>396.649</u>	<u>146.993</u>
Realizável a longo prazo							
Depósitos judiciais	9	4.402	4.402	Não circulante			
Imobilizado	5	1.945.206	2.038.955	Provisão para contingências	9	188.809	86.094
Intangível		6.972	6.972	Total do passivo não circulante		<u>188.809</u>	<u>86.094</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.956.580</u>	<u>2.050.329</u>				
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		1.940.560	1.852.322
				Reserva de doações patrimoniais		984.609	984.609
				Reserva de reavaliação		89.381	93.209
				Déficit/Superávit acumulado		(205.053)	88.238
				Total do patrimônio líquido	10	<u>2.809.497</u>	<u>3.018.378</u>
Total do ativo		<u>3.394.955</u>	<u>3.251.465</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.394.955</u>	<u>3.251.465</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

	Nota	2016	2015
Receita operacional bruta			
Prestação de serviços		1.994	6.894
Doações e subvenções	12	971.977	1.420.095
		973.971	1.426.989
Custo dos serviços prestados		(700.999)	(781.149)
Superávit bruto		272.972	645.840
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com pessoal		(484.554)	(353.225)
Despesas gerais e administrativas		(458.882)	(545.014)
Resultado financeiro líquido	13	98.378	85.442
Outras receitas	14	363.205	239.023
		(481.853)	(573.774)
Déficit/Superávit do exercício		(208.881)	72.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de doações patrimoniais	Reserva de reavaliação	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.322.317	984.609	109.381	530.005	2.946.312
Transferência do superávit para o patrimônio social	530.005	-	-	(530.005)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(16.172)	16.172	-
Superávit do exercício	-	-	-	72.066	72.066
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.852.322	984.609	93.209	88.238	3.018.378
Transferência do superávit para o patrimônio social	88.238	-	-	(88.238)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(3.828)	3.828	-
Déficit do exercício	-	-	-	(208.881)	(208.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.940.560	984.609	89.381	(205.053)	2.809.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit/Superávit do exercício	(208.881)	72.066
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	96.289	122.838
Baixas líquidas do Ativo Imobilizado	10.410	-
Provisão de contingências	102.715	51.008
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	-	17.706
Estoques	21.713	6.087
Outros créditos	(3.291)	(1.813)
Aumento (redução) nos passivos	-	
Fornecedores	(39.798)	(14.559)
Salários e obrigações sociais	6.596	11.009
Impostos e contribuições a recolher	(545)	(2.568)
Provisão de férias e encargos	3.124	1.264
Recebimentos antecipados	280.279	(50)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>268.611</u>	<u>262.988</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(12.950)	(122.634)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(12.950)</u>	<u>(122.634)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>255.661</u>	<u>140.354</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.377.594	1.121.933
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.121.933	981.579
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>255.661</u>	<u>140.354</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

1 Contexto operacional

A Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer – Sobeccan é uma Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, sediada na cidade de Ribeirão Preto SP, tem como objetivo, promover a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do câncer, promover, incentivar e colaborar, pelos meios adequados, com instituições públicas e privadas, com institutos educacionais e com universidades, em programas de pesquisa e ou ensino nos diversos setores da oncologia, promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos visando o ensino e a difusão dos conhecimentos pertinentes à Oncologia, instituir bolsas de estudos, estágios e proporcionar auxílio e assistência para realização de atividades concernentes à pesquisa e desenvolvimento da oncologia e promover atividades culturais e publicações que visem a prevenção, pesquisa e assistência do câncer.

A Fundação foi constituída com prazo de existência indeterminado, regendo-se por Estatuto, por regimento interno e pela legislação que lhe é aplicável. A Administração é feita pelos órgãos administrativos Conselho Curador, Diretoria Executiva e Conselho Consultivo, onde seus membros não são remunerados por suas funções nesses órgãos e a Fundação não distribui lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens a seus natos mantenedores e dirigentes, empregando toda renda no cumprimento das finalidades definidas em seu Estatuto. A cada quatro anos se dá a renovação dos membros do Conselho Curador com a substituição da parte dos membros cujo mandato expirar. A Diretoria Executiva é constituída por membros natos ou por indicação dos membros natos e tem mandato de quatro anos, admitindo-se reeleições. O Conselho Consultivo é constituído por dez membros convidados pelo Conselho Curador.

A Fundação não visa obter lucros e compromete-se a aplicar integralmente suas rendas e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a Resolução CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de setembro de 2017.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

c Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais. O Real é a moeda funcional da Fundação.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Fundação

a Instrumentos financeiros

a.1 Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Fundação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Fundação possui aplicações financeiras (nota 4) e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

a.2 Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Fundação revisa as estimativas e premissas ao menos anualmente.

b Caixa e bancos

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curtíssimo prazo da Fundação.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Fundação, apesar da disponibilidade dos recursos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

d Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio ponderado.

e Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f Intangível

Avaliados pelo custo histórico de aquisição de softwares de computadores.

g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

h Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

j Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

l Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

m Reserva de reavaliação

Constituída em anos anteriores e está representada pela mais valia do ativo imobilizado de uso da Fundação. A reserva é realizada mediante depreciação, baixa ou alienação dos bens registrados diretamente no superávit ou déficit acumulado.

n Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação.

o Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	128	2.063
Bancos conta movimento	32.427	220.942
Aplicações financeiras (i)	<u>1.345.039</u>	<u>898.928</u>
	<u>1.377.594</u>	<u>1.121.933</u>

As taxas de juros aplicadas sobre as aplicações financeiras são as de mercado, considerando o valor e época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa de depreciação	Custo e		2016	2015
		Reavaliação	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	De 1,72% a 10%	124.411	(37.231)	87.180	96.974
Equipamentos hospitalares	De 10 a 50%	621.987	(495.402)	126.585	164.859
Móveis e utensílios	De 6,67 a 33,33%	135.739	(94.245)	41.494	40.964
Veículos	20%	82.500	(82.500)	-	-
Equipamentos de informática	De 20 a 50%	35.562	(35.323)	239	-
Benfeitorias em imóveis terceiros	2%	1.947.179	(257.471)	1.689.708	1.736.158
		2.947.378	(1.002.172)	1.945.206	2.038.955

b Movimentação do custo histórico e reavaliação

Descrição	2015	Aquisições	Baixas	2016
Instalações	124.411	-	-	124.411
Equipamentos hospitalares	621.381	606	-	621.987
Móveis e utensílios	123.943	11.796	-	135.739
Veículos	82.500	-	-	82.500
Equipamentos de informática	35.014	548	-	35.562
Benfeitorias em imóveis terceiros	1.957.589		(10.410)	1.947.179
	2.944.838	12.950	(10.410)	2.947.378

Descrição	2014	Aquisições	Transferências	2015
Instalações	124.411	-	-	124.411
Equipamentos hospitalares	526.939	94.442	-	621.381
Móveis e utensílios	123.943	-	-	123.943
Veículos	82.500	-	-	82.500
Equipamentos de informática	35.014	-	-	35.014
Benfeitorias em imóveis terceiros	1.918.988	28.192	10.409	1.957.589
Obras em andamento	10.409	-	(10.409)	-
	2.822.204	122.634	-	2.944.838

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2015	Adições	Baixas	2016
Instalações	(27.437)	(9.794)	-	(37.231)
Equipamentos hospitalares	(456.522)	(38.880)	-	(495.402)
Móveis e utensílios	(82.979)	(11.266)	-	(94.245)
Veículos	(82.500)	-	-	(82.500)
Equipamentos de informática	(35.014)	(309)	-	(35.323)
Benfeitorias em imóveis terceiros	(221.431)	(36.040)		(257.471)
	(905.883)	(96.289)	-	(1.002.172)

Descrição	2014	Adições	Baixas	2015
Instalações	(14.997)	(12.440)	-	(27.437)
Equipamentos hospitalares	(398.343)	(58.179)	-	(456.522)
Móveis e utensílios	(70.584)	(12.395)	-	(82.979)
Veículos	(82.500)	-	-	(82.500)
Equipamentos de informática	(34.307)	(707)	-	(35.014)
Benfeitorias em imóveis terceiros	(182.577)	(38.854)	-	(221.431)
	(783.308)	(122.575)	-	(905.883)

A Fundação registrou reavaliação espontânea dos bens do ativo imobilizado em 2006, com base em Laudo de Avaliação de peritos independentes emitido na referida data. A reserva de reavaliação foi contabilizada no patrimônio líquido, no montante da mais valia apurada. Essa reserva é realizada conforme a depreciação e baixa dos bens reavaliados. A vida útil remanescente dos bens reavaliados foi determinada pelos peritos avaliadores constantes no laudo.

A Fundação construiu o “Hospital do Câncer de Ribeirão Preto”, sobre um terreno de 8.506 m², situado nesta Comarca de Ribeirão Preto – SP, cedida pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto SP pela Lei Complementar nº 1.511 de 11 de julho de 2003, por um período de 50 anos. As áreas de atendimento e operacional já foram ativadas às atividades. Contabilmente o terreno é controlado em conta de compensação pelo valor de R\$ 758.696, atribuído pela referida Lei Complementar.

Em 26 de abril de 2010, foi cedido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto SP pela Lei Complementar nº 2.398 de 26 de abril de 2010, por um período de 30 anos, uma área totalizando 3.121,20 metros quadrados, anexa a área do Hospital, com a finalidade da construção do Centro de Radioterapia do Hospital, no prazo de dois anos, a contar da data da publicação da referida Lei.

A respectiva área foi regularizada através de escritura em cartório em abril de 2012 e, foi registrada dentro do próprio mês em que a escritura foi concedida para a Fundação, em contas de compensação no valor venal de R\$ 1.669.390, atribuído pela referida Lei Complementar.

A Fundação procedeu a adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), em seu ativo imobilizado em operação, em especial a Seção 17 do Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (PME), e concluiu que os ativos imobilizados apresentam-se pelas taxas e vida útil compatível com as análises efetuadas do seu valor recuperável.

6 Fornecedores

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	22.426	66.096
Contas a pagar	<u>5.387</u>	<u>1.515</u>
	<u>27.813</u>	<u>67.611</u>

7 Salários e obrigações sociais

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a pagar	37.460	25.770
INSS a recolher	4.700	9.448
FGTS a recolher	4.184	4.631
PIS	-	823
Outros	<u>924</u>	<u>-</u>
	<u>47.268</u>	<u>40.672</u>

8 Recebimentos antecipados

Conforme convênio n° 823.867/2015, o Ministério da Saúde cedeu à Fundação o montante de R\$ 270 mil para a aquisição de equipamento e material permanente destinado a unidade de atenção especial à saúde. A verba está aplicada em instituição financeira de primeira linha enquanto a Fundação estuda sobre sua destinação. O valor atualizado é de R\$ 280.279.

9 Passivos contingentes

a Composição do saldo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	153.782	70.000
INSS patronal	18.932	-
Execução fiscal	<u>16.094</u>	<u>16.094</u>
	<u>188.808</u>	<u>86.094</u>

b Trabalhistas, INSS patronale execução fiscal

As contingências trabalhistas estão representadas por R\$ 153.782, para fazer face a eventuais perdas de uma ação que está sendo discutida judicialmente, estando parcialmente coberta por depósito judicial classificado no ativo não circulante no montante de R\$ 4.402.

No mês de dezembro de 2016, a Fundação estava sem a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) então, por conservadorismo, decidiu constituir a provisão para contingência sobre a cota patronal no INSS referente a folha de pagamento do mês de dezembro e sobre o 13º salário.

A provisão para execução fiscal foi constituída no valor de R\$ 16.094 e trata-se de ação movida pelo Município de Ribeirão Preto referente a taxa coleta de lixo. O assessor jurídico, classificou a expectativa de a perda como provável, motivo pelo qual a Fundação Sobeccan baseada na opinião dos assessores jurídicos procedeu à contabilização da provisão para contingências.

10 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

b Reserva de doações patrimoniais

Corresponde às doações recebidas em anos anteriores, por bens ou dinheiro de instituidores ou não.

c Reserva de reavaliação

A Administração da Fundação, com base na faculdade prevista na Lei 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação constituída em anos anteriores até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens realizados.

Em 2016, a realização da reserva de reavaliação foi de R\$ 3.828 (R\$ 16.172 em 2015).

d Déficit acumulado

O déficit acumulado em 2016 de R\$ 205.053 deve ser destinado ao patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Curador da Fundação.

11 Demonstrativos das contribuições previdenciárias isentas

11.1 Assalariados

<u>Mês de competência</u>	<u>cálculo</u>	<u>20%</u>	<u>7,80%</u>	<u>Total</u>
Janeiro	34.700	6.940	2.707	9.647
Fevereiro	29.361	5.872	2.290	8.162
Março	30.407	6.081	2.372	8.453
Abril	29.452	5.890	2.297	8.187
Maio	28.775	5.755	2.244	7.999
Junho	26.980	5.396	2.104	7.500
Julho	27.489	5.498	2.144	7.642
Agosto	32.257	6.451	2.516	8.967
Setembro	33.690	6.738	2.628	9.366
Outubro	37.388	7.478	2.916	10.394
Novembro	43.789	8.758	3.416	12.174
Dezembro	39.643	7.929	3.092	11.021
13° salário	25.702	5.140	2.005	7.145
	<u>419.633</u>	<u>83.926</u>	<u>32.731</u>	<u>116.657</u>

<u>Mês de competência</u>	2015			
	<u>Base de cálculo</u>	<u>Empregador 20%</u>	<u>Outros 7,80%</u>	<u>Total</u>
Janeiro	32.149	6.430	2.508	8.938
Fevereiro	31.301	6.260	2.441	8.701
Março	32.964	6.593	2.571	9.164
Abril	33.250	6.650	2.594	9.244
Maio	34.042	6.608	2.655	9.463
Junho	34.440	6.888	2.686	9.574
Julho	38.500	7.700	3.003	10.703
Agosto	41.968	8.394	3.273	11.667
Setembro	39.029	7.806	3.044	10.850
Outubro	43.414	8.683	3.386	12.069
Novembro	35.001	7.000	2.730	9.730
Dezembro	37.870	7.574	2.954	10.528
13° salário	32.889	6.578	2.565	9.143
	<u>466.817</u>	<u>93.164</u>	<u>36.410</u>	<u>129.774</u>

11.2 Autônomos

<u>Mês de competência</u>	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Base de cálculo</u>	<u>20%</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>20%</u>
Janeiro	8.178	1.636	8.338	1.668
Fevereiro	10.727	2.145	4.806	961
Março	9.762	1.952	2.738	548
Abril	11.013	2.203	2.738	548
Maiο	8.727	1.745	3.158	632
Junho	7.216	1.443	4.525	905
Julho	6.361	1.272	3.167	633
Agosto	7.602	1.520	3.467	693
Setembro	10.498	2.100	5.867	1.173
Outubro	6.750	1.350	6.539	1.308
Novembro	6.151	1.230	3.530	706
Dezembro	7.100	1.420	9.466	1.893
	<u>100.085</u>	<u>20.016</u>	<u>58.341</u>	<u>11.668</u>

12 Doações e subvenções

Durante os exercícios foram registradas as seguintes doações e subvenções:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuições mensais (sócios e boletos)	117.310	153.646
Contribuições esporádicas	184.138	151.693
Doações de pessoa jurídica	114.977	17.730
Convênio com a Secretaria da Saúde	398.919	366.209
Outras doações e contribuições	156.633	730.817
	<u>971.977</u>	<u>1.420.095</u>

13 Resultado financeiro líquido

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicação financeira	120.691	90.282
Juros ativos	-	14.129
	<u>120.691</u>	<u>104.411</u>
Despesas		
Despesas bancárias	(21.948)	(18.648)
Juros passivos	(365)	(321)
	<u>(22.313)</u>	<u>(18.969)</u>
	<u>98.378</u>	<u>85.442</u>

14 Outras receitas

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Campanhas	171.488	15.690
Bazar	120.220	121.136
Feira de antiguidades e galeria de artes	981	19.499
Trabalhos manuais	515	4.610
Outros	70.001	78.088
	<u>363.205</u>	<u>239.023</u>

Os rendimentos provenientes de eventos, campanhas e bazares são obtidos com o objetivo de angariar fundos para a manutenção das atividades fins da Fundação.

15 Gratuidades

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas		
Convênios públicos	398.918	366.208
Convênios privados	740	859
Serviços médicos	1.254	6.036
Doações e subvenções	573.059	1.053.886
	<u>973.971</u>	<u>1.426.989</u>
Gratuidades		
Honorários médicos	(99.067)	(130.714)
Exames, internações e cirurgias	(412.610)	(280.202)
Medicamentos e materiais	(186.606)	(130.041)
Transportes de pacientes	(2.716)	(1.447)
	<u>(700.999)</u>	<u>(542.404)</u>
% de Gratuidade	<u>72%</u>	<u>38%</u>

Os custos diretos com gratuidades estão compostos por folha de pagamento e seus encargos e benefícios.

A Fundação atende aos requisitos que caracterizam as entidades de finalidade de assistência social oferecendo serviços de saúde que não são objetos de contratação pelo gestor do SUS comprovando a sua condição de beneficente pela aplicação de 20% de sua receita bruta em gratuidade, portanto, cumpre os termos da legislação federal, estadual e municipal e em especial, aos preceitos exigidos para emissão da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social de Saúde (CEBAS-Saúde).

16 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre

as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

O entendimento da Administração da Fundação é que suas rendas decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não sujeitas a tributação. O conceito de “atividade própria” é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar de maneira significativa a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais e legais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação final aplicável a cada circunstância.

17 Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros como aplicações financeiras e contas a receber e a pagar. A Administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

A Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.

18 Remuneração da Administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto. Todos os excedentes financeiros são revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Os membros da Diretoria Executiva não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados a Fundação.

*** fim ***